

LEI DE COTAS

Projeto vira Lei
'que vale um
mandato'

RECONHECIMENTO

Aumento de salário de
agentes comunitários de
saúde e de endemias é lei

PRODUÇÃO LEITEIRA

Bolsonaro sanciona projeto
de Cássio que aumenta
limite para compra de leite

ATUAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA

CÁSSIO CUNHA LIMA

Pela Paraíba SEMPRE



Ação parlamentar
do senador Cássio
Cunha Lima

Senado Federal

Brasília - DF

Senado Federal, Anexo I,
10º andar

Fones: 61 - 3303-9806 / 9808 /
9809 CEP: 70.165-900

Revista produzida pela
assessoria do senador
Cássio Cunha Lima

Arte e editoração: EstampaPB



cassiocunhalima.com.br



[cassiocunhalima](https://www.facebook.com/cassiocunhalima)



[cassiocl](https://twitter.com/cassiocl)



[@cassiocl](https://www.instagram.com/cassiocl)

Secretaria Especial de Editorações
e Publicações - SEEP



ANÁLISE

Cássio teve estatura e dignificou a representação política no Congresso

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB) conclui um ciclo de atuação no Congresso Nacional que o projetou como um dos “Cem Cabeças” da instituição em todas as avaliações anuais feitas pelo rigoroso Diap, Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar. Iniciou a trajetória parlamentar como o mais jovem deputado federal constituinte, a partir de 1987, participando ativamente da elaboração da Carta-Cidadã e expondo, em discursos, inquietações com as desigualdades sociais e econômicas do país, igualmente chocado com distorções embutidas em dispositivos legais. Ganhou aplausos de condestáveis da política nacional como Ulysses Guimarães e Mário Covas.

O caçula da Constituinte já demonstrava a estatura dos grandes, no dizer do cronista F. Pereira Nóbrega, em artigo publicado no extinto jornal “O Norte” em março de 1988. “De Cássio tenho admirado as posições e as ideias. Não somou com o Centrão, uma rara exceção nessa Paraíba. Manteve as posições avançadas de que o país precisa para uma Constituição do terceiro milênio”, pontuou Pereira Nóbrega. A trajetória de Cássio passou, também, pelo Executivo, eleito duas vezes governador da Paraíba, três vezes prefeito de Campina Grande e indicado superintendente da Sudene, no governo de Itamar Franco, em 1992. Foi no Senado onde seu brilhantismo ganhou amplitude e Cássio soube dignificar a representação política da Paraíba no Congresso.

Ungido em 2010 com mais de um milhão de votos, Cássio revelou-se um senador articulado, experiente, bom orador, “expert” em assuntos diversificados e dono de sensibilidade para questões candentes como as demandas dos portadores de deficiência. Assumiu a liderança do PSDB, para a qual foi reeleito por aclamação, tornou-se primeiro vice-presidente do Senado e foi uma das vozes mais firmes durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Nesse processo, Cássio nem de longe deu vazão a brigas ideológicas. Espelhou-se em fatos irrefutáveis, desfavoráveis à gestora reeleita e em razões institucionais, e nesse desideratum esteve antenado com a voz rouca das ruas, uma vez que verbalizou a angústia de milhares de brasileiros que se sentiram traídos e frustrados com o comportamento nada republicano da ex-mandatária. No dizer de Cássio, parcelas significativas do eleitorado brasileiro sentiram-se ludibriadas com o desabrochar de uma série de escândalos que já vinha corroendo as entranhas de um partido (o PT) que se identificava como ético e era especialista em maracutaia.

Cássio foi a voz da Paraíba que o Brasil escutou. Sempre foi referência como fonte de informações para jornalistas abalizados da grande imprensa do Sul do País, mercê do amadurecimento demonstrado na análise da conjuntura brasileira e do domínio de temas controversos pautados nas sessões do Congresso Nacional. As iniciativas que tomava, concretamente, mostravam linearidade ou coerência com princípios defendidos em palanques ou auditórios. Nesse sentido, foi subscritor da Proposta de Emenda Constitucional contra o chamado foro privilegiado, apoiou proposições que visavam a transparência no serviço público, atuou decisivamente para favorecer instituições federais de ensino da Paraíba, defendeu reivindicações e interesses de pescadores e de produtores de leite, sempre atento à diversificação das demandas geradas pelas transformações sociais e econômicas. Não deixou de lutar por recursos para o governo do Estado mesmo quando a administração estadual moveu verdadeiras orquestrações para tentar desmerecer o seu mandato. O Estado, como repetiu inúmeras vezes, sempre foi a prioridade mais urgente do seu múnus político e, de sua parte, teria gestos emblemáticos para solidarizar-se com as populações das mais diferentes regiões em suas carências. Por uma série de fatores, foi penalizado nas urnas em 2018 quando disputou a reeleição, embora por um bom tempo, na campanha eleitoral, tenha liderado pesquisas de opinião pública ou de intenções de voto. Já deixou claro que continuará usando qualquer tribuna, qualquer espaço, para defender a Paraíba, independente de mandatos. “Deus é bom o tempo todo e até hoje sempre me conduziu para o melhor caminho”, expressou Cássio Cunha Lima, numa espécie de mantra que resume suas mais verdadeiras crenças em relação à vida e aos desígnios da trajetória pública.

Nonato Guedes - Jornalista

Com empenho de Cássio, Senado aprovou **empréstimo de US\$ 100 milhões** para o Programa João Pessoa Sustentável

A autorização para que João Pessoa pudesse contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 100 milhões de dólares (cerca de 380 milhões de reais), para o Programa João Pessoa Sustentável, não foi um processo fácil, mas contou com o empenho determinante do senador Cássio Cunha Lima.

Autorização do Senado

Como se trata de operação de crédito externo, o Senado tem que avaliar a operação. Para isso, foi determinante a atuação do vice-presidente da Casa, senador Cássio Cunha Lima, que ainda no primeiro semestre de 2018 convidou o prefeito Luciano Cartaxo e equipe para falar com a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e reforçar a importância do programa, com o objetivo de agilizar a liberação do projeto para que pudesse ser votado no Senado.

Depois, como o pedido de autorização de empréstimo exigia votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Cássio apresentou “pedido de urgência” para agilizar a tramitação da matéria. Desta forma, no mesmo dia em que foi votado na CAE, a autorização do empréstimo foi votada no plenário do Senado, em 06/11/2018.

O programa

“João Pessoa Sustentável é um programa que vai incrementar fortemente a geração de emprego e renda na capital e na economia paraibana, de uma forma geral” – disse Cássio, ao lado do prefeito Luciano Cartaxo, que acompanhou a votação em Brasília.



Prefeito Luciano Cartaxo apresentou o Projeto ao senador Cássio

O senador explicou que o programa firmado com o BID em João Pessoa prevê um conjunto de 60 medidas para o desenvolvimento sustentável da cidade. Entre elas estão a construção de novas moradias no Complexo da Beira Rio, a implantação do Centro de Controle da Cidade, que une tecnologia com a integração de serviços municipais, além da urbanização e da construção de um parque no entorno do Lixão do Roger.



É lei

Bolsonaro sanciona projeto de Cássio que aumenta limite para compra de leite de pequenos produtores

O Diário Oficial da União trouxe, em janeiro de 2019, a sanção presidencial ao Projeto de Lei 186/2015, de autoria do senador Cássio Cunha Lima, que estabelece limite mínimo de aquisição de leite de pequenos produtores no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Agora, de acordo com a Lei 13.789/ 2019, o limite mínimo para a compra direta dos pequenos produtores familiares é de 35 litros diários.

“Mais uma lei, de minha autoria, no desfecho do mandato. Uma grande conquista para os produtores de leite de todo o Nordeste, porque significa mais emprego e renda para a nossa região”, disse o senador.

Pequeno produtor

Cássio lembrou que “um dos mais importantes programas de geração de emprego e renda e também de suplementação alimentar que fiz, no período em que fui governador da Paraíba, foi o programa do leite, onde todos os dias distribuíamos 120 mil litros de leite de vaca e de cabra, gerando emprego, criando renda, garantindo segurança alimentar para as crianças, os idosos, as mulheres grávidas, lactantes... Um programa que, infelizmente, praticamente acabou e que, agora, será retomado com a aprovação dos novos critérios que garantimos para a venda do pequeno produtor”.

Para Cássio, a garantia de 35 litros como volume mínimo de compra de leite de produtores familiares para o Programa de Aquisição de Alimentos não é o ideal, já que ele queria uma garantia maior.

“Mas é uma melhora substancial para a vida dos pequenos produtores” – concluiu o senador, lembrando que a sanção presidencial ao projeto, tornando-o lei, ilustra o compromisso assumido de trabalhar até o último dia do mandato.





Medida beneficia milhares de pescadores artesanais de todo o Brasil, em especial aqueles do Norte e Nordeste

Cássio apresentou projeto para regularizar o pagamento do **seguro-defeso**

Ninguém duvida de que, com um litoral de 7.367 km e detentor da maior bacia hidrográfica do mundo, o Brasil precisa de legislação para a pesca. É preciso que existam regras que amparem os pescadores e regras que impeçam a pesca predatória no período de defeso.

Em defesa dos pescadores

Paraibano, que conhece as dificuldades dos pescadores artesanais de seu estado (e de todo o Brasil), Cássio Cunha Lima foi o autor do Projeto de Decreto Legislativo 920/18, aprovado pelo Congresso Nacional, que suspendeu os efeitos de Portaria que restrin-

gia a pesca de determinadas espécies de peixe em águas continentais na região hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental.

Autor do projeto, Cássio argumentou que a portaria desobrigava o governo de pagar o benefício do seguro-defeso sempre que houvesse disponibilidade de alternativas de pesca nos municípios alcançados pelos períodos de defeso.

Pelo equilíbrio ambiental

“A medida do governo federal impactaria espécies importantes para o equilíbrio ambiental ao permitir a pesca de algumas e não de outras. Além disso, os pescadores questionam, com razão, a viabilidade prática da seleção

de espécies durante o trabalho da pesca”, explicou Cássio.

A portaria, que o decreto legislativo suspende, mudou regras para o período de defeso nessa bacia, que é aquele no qual os pescadores artesanais não podem exercer sua profissão para proteger a reprodução das espécies e, por isso, têm direito a receber seguro-desemprego.

O seguro-desemprego, no caso, é uma assistência financeira temporária, no valor de um salário mínimo, concedida ao pescador que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, no período de defeso.

Período de defeso

De acordo com a portaria, no período de defeso, entre os meses de janeiro e abril, somente a pesca de espécies nativas seria proibida, permitindo a pesca de espécies exóticas ou originárias de outras regiões.

Cássio defendeu mais liberdade para engenheiros e arquitetos



Ilustração Freepik.com

“Em razão das crescentes demandas nas áreas de infraestrutura e tecnologia, engenheiros e arquitetos assumem um papel essencial no desenvolvimento do país”

Jaciano Aires



Cássio apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 14/2015, para permitir que arquitetos e engenheiros possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos, assim como professores e profissionais de saúde, que já são autorizados a acumular até dois cargos ou empregos públicos.

A proposta, naturalmente, ressalva a exigência de compatibilidade de horários que permita o bom desempenho das funções.

O senador justificou o projeto ressaltando que, “em razão das crescentes demandas nas áreas de infraestrutura e tecnologia, engenheiros e arquitetos assumem um papel essencial no desenvolvimento do país”.

Segundo Cássio, nesse contexto se “requer a atuação de profissionais qualificados e aptos a realizar atividades de alta complexidade”.

“Hoje, diante da necessidade de se dar mais transparência e, acima de tudo, racionalidade às administrações públicas municipais, particularmente, faz-se necessária a flexibilização da jornada de trabalho desses profissionais”, defendeu.

Transposição do São Francisco: luta de muitos e conquista de todos

Foto Ministério da Integração

Momento histórico. Foi assim que o senador Cássio Cunha Lima classificou a chegada das águas do rio São Francisco à Paraíba em 10 de março de 2017, com a inauguração do Eixo Leste da Transposição.

“Não estamos vivendo um dia comum, uma data qualquer, estamos testemunhando mais uma data que entra para a história da Paraíba. Mais do que uma obra, estamos realizando um sonho. Apreendi com meu pai, desde cedo, que obra pública não tem dono. Dono é o povo, que é beneficiário dela. Portanto, a transposição do São Francisco é a luta de muitos e a conquista de todos” – afirmou Cássio.

“Velho Chico” - As águas do “Velho Chico” chegaram à Paraíba no momento da maior crise hídrica da história do estado, que já durava seis anos. Devido à longa estiagem, a maior parte das cidades do Sertão, Cariri e Agreste estavam enfrentando racionamento no abastecimento de água encanada e algumas eram abastecidas por carros-pipa.

Naquele momento, o açude Boqueirão, única fonte de abastecimento de Campina Grande (PB), registrava apenas 2,9% de sua capacidade - o nível mais baixo desde a inauguração, em 1957, pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

“O Boqueirão estava entrando em colapso” – lembra Cássio.

Caminho das águas

Depois de Monteiro, a água segue pelo Rio Paraíba, passando pelos açudes de Poções, Camalaú, Epitácio Pessoa (Boqueirão), depois corre para Acauã, e segue para o canal até Araçagi, obra projetada e licitada no governo Cássio Cunha Lima, atualmente sendo executada pelo governo do estado com recursos federais da ordem de mais de 1 bilhão de reais, que possibilitará cerca de 30 mil hectares de irrigação.

Eixo Norte a caminho

Cássio disse que é preciso estar atento à conclusão do Eixo Norte, que vai beneficiar diretamente municípios do alto sertão paraibano, além dos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

RIO VIVO

Cássio alerta também para a importância das obras de revitalização do rio, que incluem a proteção e a recuperação das nascentes, controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas, além de educação ambiental e capacitação institucional, coleta e tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico, apoio à produção sustentável e fiscalização ambiental.

“Essas obras são consideradas complementares, mas na realidade são essenciais para manter o rio vivo” – afirma Cássio. Quando totalmente finalizado, o projeto São Francisco deve beneficiar mais de 12 milhões de pessoas em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, que contarão com o abastecimento regular. Serão beneficiados 390 municípios nesses estados.

“Só quem é nordestino e sofreu na pele as dificuldades advindas da falta de água pode avaliar a importância dessa obra” – sintetiza Cássio.

Meu Brasil BRASILEIRO

Cássio deixa claro de que lado do Brasil está:

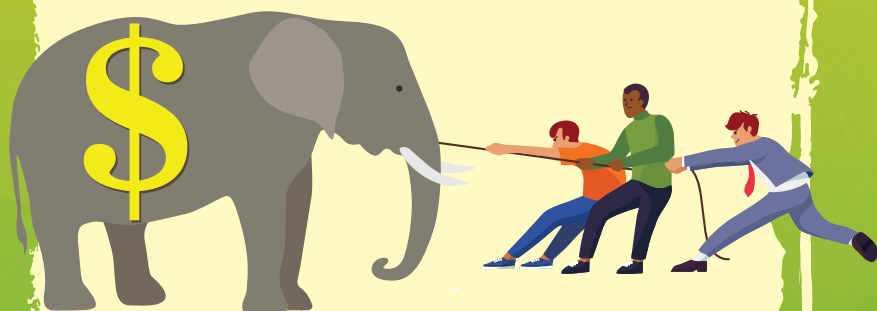
"O meu time é o do Sérgio Moro. Eu sou do Brasil que torce pelo juiz Sérgio Moro, pelo Ministério Público e Polícia Federal. Numa República todos devem ser investigados e ninguém está acima da lei. Defendo investigações e defendo que culpados sejam punidos, sejam de que partidos forem" – assegura.

Fala acerca de seus compromissos de mandato:

"Lutei pelo fortalecimento das instituições. Defendi pescadores, agricultores, agentes comunitários de saúde, agentes penitenciários, médicos, enfermeiros, engenheiros e arquitetos. Defendo um Estado menor, com menos mordomias e privilégios. Retomada dos empregos, crescimento da economia, educação e saúde de qualidade" – enumerou.

Explica o momento brasileiro:

"É preciso modernizar o Brasil. Conter o tamanho do Estado brasileiro, esse gigantismo paquidêmico, que fomenta o desperdício e abre espaço para a corrupção". "É preciso também aumentar a capacidade competitiva da nossa economia, travada, engessada, de modo que o ambiente de negócios no Brasil é muito ruim. Empreender no Brasil, gerar emprego, é um ato de coragem, é um ato de bravura, e não haverá justiça social sem crescimento, o que garante justiça social é o emprego e nós estamos há seis anos em recessão econômica" – assinala Cássio.



E afirma que educação é o caminho:

"Faço votos de que o Brasil volte a crescer e a gerar emprego, porque só isso trará paz e desenvolvimento social. E nada disso, com absoluta certeza, será obtido se não tivermos educação de qualidade". "Se me pedissem o caminho para um Brasil melhor eu não hesitaria em apontar este tripé: um Estado menor e equilibrado, uma economia competitiva e investimentos sérios, profundos, de base, em educação"

Ações para a saúde e infraestrutura foram prioridades para Cássio

Durante o seu período de atuação no Senado, Cássio priorizou as ações em saúde na destinação das suas emendas individuais, que somaram mais de 86 milhões de reais. Ele costuma dizer que “a doença não espera”: “É consciência e bom senso, porque a saúde é a área onde as pessoas mais humildes e vulneráveis têm necessidades urgentes. É uma questão de humanidade” – justifica.

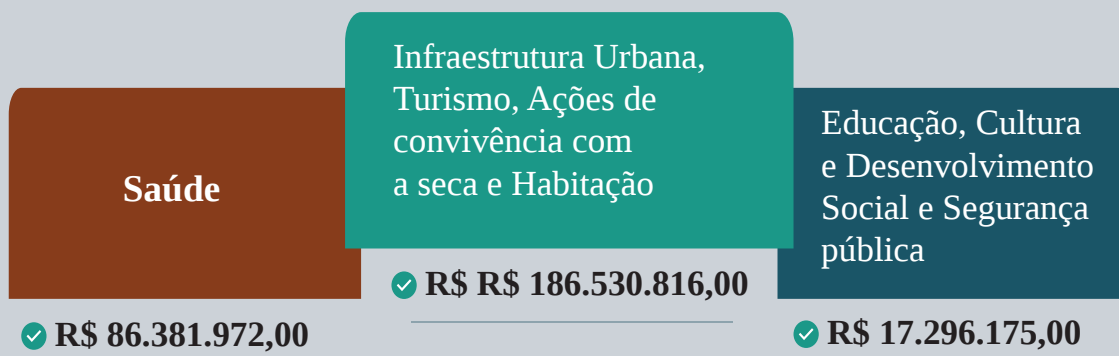
Para ele, a falta de prestação de serviço de qualidade desta fundamental política pública atinge duramente as pessoas mais humildes, que chegam a passar meses para realizar simples exames clínicos e, no caso específico da

Paraíba, com o agravante de que várias empresas privadas, com alto custo financeiro, comandam grande parte dos hospitais estaduais sem prestar, em contrapartida, um serviço à altura do que cobram.

Outra importante prioridade do mandato do senador foram as ações de infraestrutura, divididas em ações urbanas, turismo, habitação e políticas de convivência com a seca, que somaram mais de 186 milhões de reais

Veja quais foram as destinações das emendas parlamentares do senador Cássio, que, além da saúde, incluem ações de infraestrutura urbana, educação e cultura, segurança, turismo e desenvolvimento social.

Desde que chegou ao Senado, Cássio destinou mais de R\$ 144,4 milhões de emendas individuais e ainda mais de R\$ 145,7 milhões por meio de emenda de bancada, totalizando mais de R\$ 290 milhões para investimentos em Saúde, Infraestrutura, Segurança Pública e Educação. Confira aqui quais foram as destinações das emendas parlamentares de Cássio.



‘Performanc

“Um plano real de combate à corrupção”. Foi com este título que o respeitado jurista Modesto Carvalhosa escreveu artigo na Folha de S.Paulo, em 30/11/2017, analisando projeto de lei de autoria do senador Cássio Cunha Lima.

Carvalhosa se referia ao PLS 274/2016, que cria o regime de ‘Performance Bond’, ou seguro-garantia, como forma de propiciar a plena execução de todos os contratos de obras com os governos, para que ocorra a quebra da interlocução direta entre as empreiteiras e os agentes públicos.

“O modelo que temos torna ineficaz e onerosa a gestão pública e favorece a ocorrência de atos de corrupção. Os constantes problemas de alterações de projetos, superfaturamentos, aditivos, atrasos e abandonos de obras públicas demonstram a falta de proteção do Poder Público ao celebrar contratos com empresas privadas para a realização de obras ou fornecimento de bens ou serviços. Com o projeto, as relações diretas e promíscuas das empreiteiras com os agentes públicos

são quebradas e, desta forma, se fecha o gargalo da corrupção” – explicou o senador.

Remédio contra corrupção - O PLS 274/2016 é considerado por muitos como o “remédio fundamental para o combate à corrupção”, inclusive pelo professor Modesto Carvalhosa, que esteve com Cássio e foi quem apresentou o escopo jurídico da proposta.

Agora, é com Pedro

Como a matéria não cumpriu toda a tramitação no Senado, o deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB) reapresentou na Câmara dos Deputados, no fim de dezembro de 2018, o projeto de autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB), que garante a obrigatoriedade de seguro em obras públicas de valor igual ou superior a R\$ 10 milhões. O projeto altera a Lei nº 8.666/93 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% do valor do contrato.

Segundo Cássio, o mais importante é que a cruzada contra a corrupção terá continuidade. “É disso que o Brasil precisa” – afirmou.



e Bond'

O remédio contra a corrupção



O QUE É

'Performance bond' é um seguro-garantia, que teve origem nos Estados Unidos, utilizado como forma de assegurar a plena execução do contrato de obras públicas.

De acordo com a proposta de Cássio, a seguradora é quem fiscalizaria as obras e, em caso de não cumprimento da cláusula contratual, ficaria encarregada de ressarcir os prejuízos ao governo.

Ilustrações Freepik.com



Aumento de salário de agentes comunitários de saúde e de endemias é lei



Foi uma missão que Cássio Cunha Lima chamou para si: a regulamentação profissional e o aumento de salário dos agentes comunitários de saúde e de endemias de todo o país.

Em 23 de outubro de 2018, o Diário Oficial da União trouxe a publicação da Lei 13.708/2018, que determina o aumento escalonado de salário dos agentes comunitários de saúde e de endemias de todo o país.

Mas até virar lei, precisou de esforços e mobilização.

O projeto de lei é fruto da Medida Provisória (MP) 827/2018, da qual Cássio foi relator, e, além de fixar a data-base da categoria, estabelece um reajuste de 52,86% do piso salarial dos agentes de saúde, escalonado em três

anos, e determina que a jornada de trabalho da categoria seja flexibilizada para o desenvolvimento das atividades conforme as necessidades da região e do momento.

A MP (PLV 18/2018) foi aprovada pelo Congresso em 11 de julho de 2018, mas vetada pelo então presidente Michel Temer. Cássio então afirmou:

“Assim como agi para aprovar o aumento de salário dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, vou agir para derrubar o veto de Temer ao projeto que foi aprovado no Congresso”.

Conforme anunciado por Cássio, o Congresso de fato derrubou o veto de Temer, e o aumento dos agentes foi garantido em lei.



Valores

“Finalmente, com a publicação da lei, cujo veto anterior foi derrubado pelo Congresso, voltará a valer a remuneração nacional da categoria prevista na Medida Provisória (MP) 827/2018, aprovada em julho pelo Congresso. Os agentes receberão R\$ 1.250 a partir de 2019; 1.400 em 2020 e R\$ 1.550 em 2021” – disse o senador.

“Em função do importante trabalho que desenvolvem na estrutura de saúde no país, pela dedicação de todos os agentes comunitários e de endemias, que são a porta de entrada para o SUS e que conhecem e cuidam das pessoas em situação precária e de vulnerabilidade social, embaixo de sol ou chuva, abracei essa luta. E hoje, com a publicação da lei, posso dizer que a vencemos” – finalizou Cássio.





Jaciara Alves

Somos todos **RAROS**

A luta de Cássio pela inclusão

Ao longo do mandato, Cássio Cunha Lima deu voz e visibilidade à causa dos pacientes de doenças raras. Em plenário, diversas vezes, denunciou a falta dos remédios e o descumprimento de decisão judicial que determinava a liberação do medicamento. Na vice-presidência, promoveu encontro entre pacientes, Ministério da Saúde e senadores para discutir a questão.

Ao lado do jovem Patrick Dornelles Pires, que é portador de Mucopolissacaridose, conhecida pela sigla MPS (doença rara, crônica e grave), Cássio disse e repetiu: “Tamanho omissão é uma atitude criminosa”.

“Atualmente, na Paraíba, há 31 pessoas nessa situação. Não é a primeira vez que venho a esta tribuna para falar do descaso oficial em relação à vida dos portadores de doenças raras. Não se trata, apenas, de falta de sensibilidade. É muito mais grave, é um crime que se comete contra esses brasileiros que já enfrentam dificuldades terríveis na sua existência pela própria doença rara” – afirmou Cássio.

Ele espera que a luta por inclusão social continue e que os portadores de doenças raras tenham acesso aos remédios que lhes garantam uma vida menos penosa, menos sofrida e mais justa.



Lei de cotas para deficientes **projeto que vale um mandato**

Para Cássio, que pautou o mandato atento às políticas de ações afirmativas, que surgiram como forma de combater cenários de segregação e discriminação institucionalizadas, a Lei 13.409/2016, por si só, valeria o mandato dele.

A lei, em vigor, tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 46/2015, de autoria do senador Cássio Cunha Lima, que estabelece a inclusão das pessoas com deficiência no programa de cotas de instituições federais de educação superior, universidades e escolas técnicas.

Para ele, o projeto reparou um erro na “lógica das cotas”, que já contemplava estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

Até a publicação da lei, as instituições federais de educação superior reservavam no mínimo 50% de suas vagas nos cursos de graduação, por curso e turno, para estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Dentro dessa cota, 50% das vagas deveriam ser reservadas a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. As cotas eram preenchidas, ainda, de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos e indígenas na população da unidade da federação (estados ou DF) em que a instituição se encontra.

A “lei de Cássio” acrescentou as pessoas com deficiência a essa cota, que também é regida pela proporcionalidade em relação à população, medida pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

E foi mais um passo, importante, histórico e legal, para a inclusão social, com a valorização e oferta de oportunidades para as pessoas com deficiência.





Ilustração Freepik.com

Direito de escolha para o consumidor

É de autoria de Cássio o Projeto de Lei 232/2016, que expande o mercado livre de energia elétrica, permitindo que pequenos consumidores possam fazer a portabilidade da conta de luz. A idéia é que, a longo prazo, ocorra com o setor elétrico o mesmo que aconteceu com o setor de telefonia: maior competitividade entre empresas e liberdade de escolha para o consumidor.

A matéria já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora está na Comissão de Infraestrutura, onde tramita em decisão terminativa.

O projeto do senador altera o modelo comercial de energia elétrica no país com a intenção de, progressivamente, permitir que os pequenos consumidores possam optar em fazer parte do mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores de energia.

Liberdade de escolha

Em sua justificativa ao projeto, Cássio afirma que a liberdade de escolha para o consumidor aumentará a concorrência entre as empresas, reduzindo o preço e melhorando a qualidade do serviço prestado.

“A liberdade de escolha aumenta a concorrência entre as empresas, o que reduz o preço e a qualidade do bem ou serviço prestado. Trata-se de algo que deve ser incentivado, em todos os setores. Não podemos retirar do consumidor esse direito, principalmente no setor de energia elétrica, que fornece um importante item para o bem-estar da população brasileira” – defende o senador.

Como reconhecimento ao “excelente trabalho desenvolvido no Senado Federal e pela dedicação em favor do livre mercado de energia”, Cássio recebeu da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o título de “Personalidade do Setor Elétrico”.

POLÍCIA PENAL

proposta real para o problema da segurança pública



Jaciana Alves

PEC é uma reivindicação dos trabalhadores penitenciários para que a profissão seja reconhecida e valorizada

Cássio é o autor da Proposta de Emenda à Constituição 14/2016, que cria as polícias penais federais, estaduais e do Distrito Federal.

No Senado, a proposta foi votada em dois turnos, e a aprovação ocorreu de forma unânime.

O projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, mas não foi votado em 2018 porque a Constituição não pode ser emendada durante o estado de intervenção federal (que foi decretado no Rio de Janeiro).

A PEC é uma reivindicação dos trabalhadores penitenciários para que a profissão seja reconhecida e valorizada nos mesmos moldes do que acontece com as demais carreiras policiais.

A proposta acrescenta as polícias penais no rol de órgãos do sistema de segurança pública e garante maior autonomia para os agentes penitenciários.

Com isso, a intenção é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

Segundo Cássio, “o Estado precisa retomar o controle dos presídios, que muitas vezes têm se tornado um quartel do crime organizado.

Para ele, a criação da polícia penal é uma proposta real para o problema da segurança pública e contra os motins de apenados, além de promover o reconhecimento da importância dos agentes penitenciários no processo de segurança pública, profissão, inclusive, que é listada como a segunda mais perigosa do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“O Estado precisa retomar o controle dos presídios, que muitas vezes têm se tornado um quartel do crime organizado. A PEC é uma expressão de reforço em um tema crucial hoje, que é a segurança pública” – defende Cássio.



Bancada paraibana no Congresso Nacional



Pela Paraíba sempre

Em dezembro de 2018, o senador Cássio Cunha Lima anunciou a liberação do pagamento de R\$ 10.273.996,00, para o atendimento das unidades básicas de saúde, para 62 municípios paraibanos.

A saúde é uma área que Cássio sempre priorizou na distribuição das emendas ao longo dos anos como senador. “A doença não espera”, diz.

“Fechei o mandato com chave de ouro.

Liberei mais de 10 milhões de recursos extra-orçamentários para a saúde de diversos municípios paraibanos”, informou.

Cássio sempre deu destaque à força e à união da bancada federal paraibana para a conclusão e o andamento de várias obras financiadas por recursos federais na Paraíba, a exemplo da duplicação da BR-230 no trecho entre Campina Grande e a Praça do Meio do Mundo: “É mais um passo dado para a duplicação da BR-230 até Cajazeiras”, explicou.

“Fechei o mandato com chave de ouro. Liberei mais de 10 milhões de recursos extraorçamentários para a saúde de diversos municípios paraibanos”.



Hospital Napoleão Laureano

Eixo Norte

Cássio também não poupou esforços para a conclusão do Eixo Norte da Transposição, além do início do ramal Piancó – Coremas, que abastecerá o complexo Coremas – Mãe D’água, com água do rio São Francisco. “Não podemos deixar de destacar que o Eixo Leste já está funcionando e resolveu a questão hídrica de Campina Grande e de todas as cidades abastecidas pelo açude de Boqueirão”.

Emendas

Ele também destacou outra importante obra hídrica, projetada ainda durante o seu mandato de governador e executada pelo governo do Estado, que é o canal Acauã – Araçagi, que vem recebendo recursos constantemente, como 39,5 milhões de reais, em dezembro de 2017. Cássio lembra que a obra do viaduto do Geisel teve emenda individual dele no valor de 1,8 milhão de reais.

Mais obras

O senador disse que a união da bancada da Paraíba conseguiu recursos para diversas adutoras em construção no estado; para a BR-230 (trecho Cabedelo – Oitizeiro); e para a construção de casas e hospitais, a exemplo do que está sendo construído em Santa Rita, que recebe vultosos investimentos federais conquistados pela bancada federal.

Cássio lembra, ainda, além de emendas destinadas a obras como Viaduto do Geisel; Canal Acauã – Araçagi, as pavimentações em Campina Grande; a nova sede do Ministério Público do Trabalho em Campina Grande; a grande ação para destravar empréstimo para João Pessoa via Banco Mundial, afora as instituições, como o Hospital Napoleão Laureano (que cuida de pacientes com câncer), que ele sempre priorizou na destinação de emendas.



Eixo Norte da Transposição



Trecho da BR-230

ANDAREI PELOS TEUS PASSOS

*Guiei teus passos na vida, um dia, quando
precisavas de colos e regaços,
eram fortes e firmes os meus braços,
eram frágeis teus passos, quando andando.*

*O tempo, em nossos passos, foi passando,
descobrimos, nós dois, novos espaços,
com a tua juventude e os meus cansaços,
tu me amando bem mais e eu mais te amando.*

*Hoje, Cássio, és meu norte e a minha meta.
Em ti, o meu futuro se projeta,
permitindo da morte ir mais além.*

*Porque me deixas, filho, convencido,
que através de tua voz serei ouvido,
que por teus passos andarei também.*

Ronaldo Cunha Lima



Senador Ronaldo Cunha Lima